

**OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 401**

Período: 30/10/2010 –05/11/2010

GEDES – Brasil

- 1- Supremo Tribunal Militar e Advocacia Geral da União são criticados quanto à atuação nos trâmites para acesso ao processo de Dilma Rousseff
- 2- Tribunal Superior Eleitoral autoriza auxílio das Forças Armadas na segurança do processo eleitoral de cinco estados brasileiros
- 3- Exército averigua desaparecimento de dois fuzis
- 4- Planejamento de segurança para cerimônia de posse de futuro presidente é delineado
- 5- Presidente da República solicita que Nelson Jobim permaneça no comando do Ministério da Defesa
- 6- Presidente do projeto Memórias Reveladas renuncia ao cargo
- 7- Ministério Público Federal ajuizou ação civil pública contra quatro militares por assassinato e práticas de tortura durante a Operação Bandeirante
- 8- Conferência do Forte de Copacabana debate Minustah e soberania brasileira

1- Supremo Tribunal Militar e Advocacia Geral da União são criticados quanto à atuação nos trâmites para acesso ao processo de Dilma Rousseff

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, Carmen Lúcia, ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), caracterizou como censura prévia judicial a atuação do Supremo Tribunal Militar (STM) e da Advocacia Geral da União (AGU) no caso em que a *Folha* entrou com uma ação no STM solicitando acesso ao processo que revela os motivos pelos quais Dilma Rousseff foi presa durante o regime militar brasileiro (1964-1985). Rousseff foi eleita presidente da República pelo Partido dos Trabalhadores (PT) no dia 31/10/10. Após o veto ao pedido, a *Folha* recorreu e protocolou dois mandados de segurança que tiveram seus julgamentos suspensos. Uma das apreciações foi adiada devido à solicitação da AGU para examinar a ação, o que Carmen Lúcia considerou inconstitucional e não ortodoxo. Apesar de criticar a atuação por parte do STM e da AGU, a ministra do STF negou o acesso do jornal ao processo, pois asseverou que não poderia ponderar sobre a ação antes que o STM deliberasse, já que o ato figuraria como supressão jurídica. Taís Gasparian, advogada da *Folha*, considerou preocupante a ausência de atuação das instâncias jurídicas, uma vez que considera que a solicitação do jornal contempla o interesse público e o direito à informação. (*Folha de S. Paulo – Poder – 30/10/10*)

2- Tribunal Superior Eleitoral autoriza auxílio das Forças Armadas na segurança do processo eleitoral de cinco estados brasileiros

Conforme noticiou o jornal *Folha de S. Paulo*, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) encaminhou ao Ministério da Defesa uma autorização para que as Forças Armadas atuassem na segurança das eleições do segundo turno em cidades do Pará, Amazonas, Tocantins, Piauí e Paraíba. As eleições ocorreram

em 31/10/10 e o Ministério da Defesa atuaria em conjunto com os Tribunais Regionais Eleitorais e as Secretarias de Seguranças locais na contabilização do efetivo militar necessário às operações. Os estados do Pará e Piauí deveriam reforçar a segurança nas zonas eleitorais; Tocantins contaria com o apoio federal nas comunidades indígenas; na Paraíba a assistência foi necessária devido à greve dos policiais civis; e no Amazonas, além da necessidade de efetivo federal para a segurança nas eleições, o TSE verificou que as fronteiras com Peru e Colômbia apresentavam número insuficiente de soldados. (Folha de S. Paulo – Poder – 23/10/10)

3- Exército averigua desaparecimento de dois fuzis

O jornal *Folha de S. Paulo* noticiou que no dia 23/10/2010 o Exército constatou o desaparecimento de dois fuzis de calibre 7,62 milímetros da guarda do Conjunto Residencial do Ibirapuera, localizada na zona sul da cidade de São Paulo. Segundo o Exército, para averiguar a situação foi instaurado um Inquérito Policial Militar, que deverá determinar se o desaparecimento foi consequência de furto ou roubo. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 30/10/10)

4- Planejamento de segurança para cerimônia de posse de futuro presidente é delineado

Segundo o periódico *Jornal do Brasil* durante reunião efetuada dia 28/10/10 na Câmara dos Deputados, representantes das Forças Armadas projetaram a organização da segurança para a cerimônia de posse do próximo presidente da República. Dentre as medidas previstas estão um maior contingente militar comparado ao ano de 2007, e o isolamento dos canhões que lançam os tiros de saudação para evitar que civis se firam. (Jornal do Brasil – País – 30/10/10)

5- Presidente da República solicita que Nelson Jobim permaneça no comando do Ministério da Defesa

De acordo com notícia publicada no periódico *Folha de S. Paulo*, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, solicitou à presidente eleita, Dilma Rousseff, que conserve Nelson Jobim no comando do Ministério da Defesa. Teriam motivado tal pedido o desempenho de Jobim, considerado positivo pelo atual presidente, e o desejo de evitar tensões com as Forças Armadas, pois Jobim é bem visto pelos militares. De acordo com a *Folha*, Dilma Rousseff proporá alguns câmbios na agenda da defesa do Brasil, como, por exemplo, que a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) desvincule-se do Ministério da Defesa e subordine-se ao Ministério dos Transportes. (Folha de S. Paulo – Brasil – 02/11/10)

6- Presidente do projeto Memórias Reveladas renuncia ao cargo

De acordo com os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, diante o veto do Arquivo Nacional ao acesso a documentos do regime militar (1964-1985) durante a campanha eleitoral, o historiador Carlos Fico renunciou à presidência do projeto Memórias Reveladas, que reúne informações sobre o período militar no Brasil. O professor acusou o Arquivo Nacional de impedir a

consulta dos papéis, "sob a alegação de que jornalistas estariam fazendo uso indevido da documentação, buscando dados sobre os candidatos envolvidos na campanha eleitoral". Na sua carta de demissão, o historiador afirmou que não pode "perdurar o entendimento impropriedade que insiste em tratar como "sigiloso" o documento já desclassificado pela lei". Logo após a saída de Fico, a historiadora Jessie Jane Vieira de Sousa, presidente da Comissão de Altos Estudos do projeto Memórias Reveladas, também deixou a entidade, apresentando críticas ao excesso de exigências para quem busca acessar os documentos do Arquivo Nacional, o que gera segundo ela "uma cultura política de segredo". Em resposta aos argumentos de Fico, o diretor-geral Jaime Antunes da Silva afirmou considerá-los um absurdo, pois os documentos solicitados por ele estavam disponíveis, mas não foram consultados. Contudo, segundo os jornais, funcionários confirmaram "que trabalham sob extrema cautela e recusam pedidos de acesso a documentos devido ao receio de responder a ações judiciais em casos de violação à privacidade". O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Ophir Cavalcante, cobrou a regulamentação de acesso à informação pública, que já existe em mais de 70 países. (Folha de S. Paulo – Poder – 04/11/10; Folha de S. Paulo – Poder – 05/11/10; O Estado de S. Paulo – Nacional – 04/11/10; O Estado de S. Paulo – Nacional – 05/11/10)

7- Ministério Público Federal ajuizou ação civil pública contra quatro militares por assassinato e práticas de tortura durante a Operação Bandeirante

Segundo os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o Ministério Público Federal (MPF) do estado de São Paulo ajuizou ação civil pública com o intuito de obter uma declaração judicial sobre a responsabilidade de quatro militares reformados –Homero Cesar Machado, Innocêncio Fabricio de Mattos Beltrão, Maurício Lopes Lima– e o policial militar João Thomaz, sobre as mortes ou desaparecimentos forçados de seis pessoas e a tortura de outras vinte, todas elas detidas durante a Operação Bandeirante (Oban), ocorrida na década de 1970. De acordo com os jornais, a Oban foi criada e coordenada pelo Comando do II Exército, após o Ato Institucional 5 (AI-5), com a finalidade de unificar a repressão política estadual e federal; a partir desta experiência foram criados os Destacamentos de Operações de Informação dos Centros de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), que passaram a centralizar a repressão. Entre as vítimas desta operação citada nos autos está a presidente da República eleita, Dilma Rousseff, cuja prisão e tortura ocorreram em 1970. De acordo com os autos, Mauricio Lopes Lima seria responsável pela tortura de dezesseis dissidentes políticos, dentre eles Dilma Rousseff, cujo relato registrado pela Arquidiocese de São Paulo no projeto Brasil Nunca Mais faz parte dos autos. Segundo os jornais, também constam como vítimas citadas o Frei Tito, que se suicidou quatro anos depois devido às sequelas da tortura, e Virgílio Gomes da Silva, o Jonas, que foi apontado como o líder do sequestro do embaixador americano Charles Burke Elbrick em 1969. O tenente-coronel reformado Lopes Lima negou que tenha torturado a presidente eleita e afirmou que a mesma já declarou isso em uma entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo* em abril de 2009, na qual afirmava que o tenente-coronel apenas presenciou as torturas. O coronel reformado Innocêncio Beltrão optou por não se manifestar e Homero Machado e João Thomaz não foram encontrados pelos

jornais para comentar o assunto. A ação tem por objetivo a condenação dos réus ao pagamento de uma indenização à sociedade, a cassação de suas aposentadorias e que os mesmos ajudem a cobrir os gastos da União com indenizações para as vítimas. A ação foi subscrita pelos procuradores da República Marlon Alberto Weichert, Eugênia Augusta Gonzaga, Jefferson Aparecido Dias, Luiz Costa, Adriana da Silva Fernandes e Sergio Gardenghi Suiama. (Folha de S. Paulo – Poder – 05/11/10; O Estado de S. Paulo – Nacional – 05/11/10)

8- Conferência do Forte de Copacabana debate Minustah e soberania brasileira
Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, durante a VII Conferência de Segurança Internacional do Forte de Copacabana realizada nos dias 03 e 04/11/10 na cidade do Rio de Janeiro, o ex-comandante das operações militares da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (Minustah), general de brigada Floriano Peixoto Vieira Neto, afirmou que considera prematura a retirada dos militares brasileiros do Haiti, contudo enfatizou que a decisão final é do Ministério das Relações Exteriores. Para Peixoto, os militares são “um mecanismo da política externa brasileira” e a expectativa de continuidade da missão ainda é muito grande. Disse também que “o aspecto da estabilização é fundamental para que outros órgãos se sintam estimulados a colaborar, principalmente a comunidade internacional, de modo que o Haiti possa alcançar uma condição de autossustentabilidade”. No mesmo evento, o ministro da Defesa, Nelson Jobim, criticou duramente a política norte-americana de expansão das fronteiras de atuação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). Afirmou que o Brasil não aceita discutir assuntos referentes à soberania do Oceano Atlântico enquanto os Estados Unidos não ratificarem a convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o direito do mar, que estabelece regras sobre a exploração de recursos em águas nacionais. Foi através destas regras que o Brasil obteve o direito de explorar até 350 milhas a partir do seu litoral, local em que se encontra o pré-sal. Jobim afirmou também que o país não pretende compartilhar sua soberania com os Estado Unidos. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 05/11/10).

SITES DE REFERÊNCIA

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil – www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo na íntegra de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

****Equipe:**

Alexandre Oliveira (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Ana Paula Lage de Oliveira (Supervisora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Ana Paula Silva (Supervisora, mestranda em História), Diego Barbosa Ceará (Redator, mestrando em História, bolsista FAPESP); Etelmar Cristina Citrângulo Morente (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, mestre em Relações Internacionais); Mariana de Freitas Montebugnoli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Suellen Maiolli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Victor Missiato (Redator, mestrando em História, bolsista CAPES)